

“DAS PERPECTIVAS FUTURAS
DA ECONOMIA MUNDIAL, AO FUTURO
DA ECONOMIA PORTUGUESA”

por António Rebelo de Sousa

É do conhecimento geral que a economia mundial sofreu uma contracção de 2,2%, em 2009, com uma redução do PIB da ordem dos 5,2% no Japão, de cerca de 4% na “zona do Euro” e de, aproximadamente, 2,4% nos E.U.A¹.

Mesmo o que se convencionou designar de “economias emergentes” experimentou um abrandamento no ritmo de expansão do nível de actividade económica, sendo, ainda, de realçar que os fluxos comerciais mundiais sofreram uma redução de 11,2%, enquanto que os movimentos do factor produtivo capital conheceram um decréscimo de 40,7%.

E, se é verdade que os fluxos de investimento nos países do “centro-desenvolvido” diminuíram 45,4%, também não se apresentou menos verdade que os fluxos de investimento das Novas Economias Emergentes passaram por uma contracção de 35,5%.

Ronald Findlay já havia procurado demonstrar que o que era bom para o “centro” também poderia ser bom para a “periferia”, pondo em causa a análise dicotómica convencional Norte-Sul².

E, em boa verdade, as economias “periféricas” dificilmente poderão crescer se o conjunto das economias desenvolvidas sofrer uma contracção, diminuindo, simultaneamente, o investimento originário das mesmas.

E, também, não se apresenta fácil que venha a constatar-se um crescimento significativo da economia mundial com as economias do “centro” em crise.

Em 2010, os EUA iniciaram um processo de recuperação, graças à política de estímulo à redinamização da economia americana (de inspiração Keynesiana) levada a cabo pelo Federal Reserve e pelo próprio Governo, recorrendo-se, inclusive, a fortes injeções de liquidez no sistema financeiro e a

¹ Economist Intelligence Unit.

² FINDLAY, Ronald – “The terms of Trade and equilibrium growth in the World Economy”, The American Economic Review, Vol. 70, Junho 1980, pags 291 a 299.

programas de investimento público geradores, aliás, de um elevado défice orçamental.

Mas, os EUA são uma União Económica e Monetária completa, em cujo espaço existe uma coordenação de políticas, para além de o Federal Reserve poder comprar dívida pública no mercado primário, financiando directamente o Estado, em caso de necessidade.

A admissibilidade de financiamento directo ao Estado por parte do Banco Central comporta alguns problemas, podendo, nomeadamente, gerar inflação, em caso de excesso de criação monetária.

Daí que não se trate de um mecanismo a que deva recorrer-se com frequência.

Só que, em recessão, importa mais procurar atenuar o problema do desemprego, estimulando a produção (e, por conseguinte, influenciando positivamente as expectativas de evolução da procura) do que erigir o controle da inflação em preocupação cimeira (sobretudo, em economias em que, mesmo com injeções de moeda no sistema financeiro, a inflação não ultrapassa os 1 ou 2%)¹.

E, contrariamente, à tese defendida pelos monetaristas como, por exemplo, Friedman e Phelps, a injeção de moeda no sistema financeiro não terá, apenas, um impacto inflacionista, podendo produzir efeitos positivos no nível de actividade económica.

De facto, os monetaristas, partindo da equação da troca e assumindo o pressuposto das expectativas racionais, entendiam que um aumento no volume de massa monetária em circulação só contribuiria para o aumento do nível de preços, não tendo um impacto positivo na produção.

Contudo, autores como MANKIWI, ROMER e BLANCHARD puseram – e bem – em causa essa teoria, explicando que existia viscosidade nos preços e rigidez nos salários.

Mas, se nos EUA tem havido alguma recuperação, graças à implementação de uma política monetária (e macroeconómica) consistente, já na U.E., em virtude de se terem registado hesitações excessivas na prestação

¹ A inflação em Novembro de 2010 era de 1,1% e a taxa de inflação média anual nos EUA, entre 1914 e 2010, foi de 3,38%.

de auxílio à Grécia – como, aliás, refere JACINTO NUNES¹ – registou-se uma evolução negativa, gerando-se uma situação, particularmente, crítica.

DO FUTURO DA EUROPA

Não pertenço ao conjunto dos que pensam que a Europa passará, no futuro, a Nova Periferia, enquanto que as Economias Emergentes (com destaque para a China) passariam a NOVO CENTRO.

Os “Intermediate Countries” têm vindo a beneficiar de uma oferta excedentária de mão-de-obra, que permite a manutenção de baixos custos salariais, sendo, simultaneamente, certo que não estão confrontados com indivisibilidades tecnológicas que impeçam a obtenção de níveis de produtividade elevados.

Daí a sua competitividade externa.

Todavia, como avisa Paul Krugman, a Lei dos Rendimentos Marginais decrescentes vai, seguramente, ser uma realidade, o efeito demonstração – imitação social contribuirá, ainda mais, para reforçar o aumento dos custos marginais de produção, o IDE – Investimento Directo Estrangeiro nesses países está, em larga medida, dependente das estratégias delineadas por empresas multinacionais ocidentais, os modelos de desenvolvimento adoptados têm, em muitos casos – como na China –, correspondido a modelos de industrialização e não de desenvolvimento sustentado e os excedentes (saldos líquidos externos) têm sido canalizados para aplicações em mercados ocidentais, financiando, inclusive, dívidas soberanas, criando, por conseguinte, situações de interdependência.

A Europa, com níveis de produtividade elevados, com um mercado endógeno exigente (com um perfil de procura comparativamente sofisticado) e com uma mão-de-obra, altamente, qualificada, poderá desempenhar um papel da maior relevância no contexto mundial.

Mas, para tal, tem que aprofundar a U.E.M., o que implica uma maior coordenação ao nível das políticas macroeconómicas e, por conseguinte, o reforço das instituições supra-nacionais.

¹ NUNES, Jacinto – “A Crise Económica” – Anuário da Economia Portuguesa – 2010, Ordem dos Economistas, 2010.

A presente situação não pode manter-se, havendo mesmo o risco da implosão da “zona do euro”.

A ideia de que a Alemanha não está interessada na manutenção da actual “zona do euro” (que alguns autores preferem designar de “área do euro”) não faz muito sentido.

Em boa verdade, tudo se passa, hoje em dia, como se, no mercado europeu, a Alemanha tivesse a sua moeda subvalorizada, enquanto que a generalidade das restantes economias teriam as respectivas moedas sobrevalorizadas.

Com a destruição da “zona euro” ou a saída da Alemanha da mesma, a generalidade dos parceiros comerciais teria que desvalorizar as respectivas moedas (em alguns casos 20 a 30%) ou, então, a Alemanha teria que apreciar, substancialmente, a sua moeda, o que afectaria a competitividade externa das exportações alemãs.

E, mal ou bem, a maior parte das exportações alemãs, ainda, tem como mercado de destino o europeu.

Por outro lado, a destruição da “zona euro”, com eventual regresso da Alemanha ao DM, levaria a que a moeda alemã passasse a funcionar como “moeda de refúgio”, verificando-se um afluxo suplementar de capitais que iria pressionar, ainda mais, no sentido da apreciação da referida moeda alemã.

O Ministro das Finanças da Alemanha já deve ter compreendido qual o risco de um “cenário” de destruição da “zona euro”.

Por outro lado, a concretização de políticas orçamentais responsáveis (com redução dos défices e da Dívida acumulada) só produzirá efeitos positivos, a longo prazo, se for acompanhada de reformas estruturais, que permitam o aumento da competitividade externa das economias que integram a U.E.

Ora, essas reformas estruturais só se apresentarão viáveis se, concomitantemente, forem criados, ao nível da própria Europa, mecanismos que possibilitem a sua implementação.

E quais serão, então, as mudanças necessárias na Europa que poderão criar esses mecanismos, consolidando a UEM e possibilitando a inversão do “ciclo da crise”?

A Europa precisa de um Orçamento Comunitário muito mais expressivo do que aquele com que conta actualmente, da ordem dos 4 ou 5% do PIB agregado da U.E.

A Europa deveria dispor de um Fundo Comum de Emergência quatro ou cinco vezes maior do que aquele de que dispõe.

A Europa deveria aceitar a alteração das regras comunitárias (e dos próprios Estatutos do BCE), por forma a ser possível ao Banco Central Europeu financiar directamente os Estados Membros da “zona do euro”.

A parte de investimento público nacional dos projectos de investimento comparticipados por fundos comunitários não deveria ser tida em linha de conta para efeitos do critério do défice, bem como para efeitos do critério da Dívida Pública.

Deveria haver, ainda, um reforço dos fundos estruturais europeus e das transferências para as economias mais carenciadas.

Seria, ainda, fundamental uma maior articulação e coordenação de políticas macroeconómicas, em geral, e de políticas monetárias, em particular, criando-se condições para uma desvalorização significativa do euro em relação ao dólar.

E, finalmente, a Europa precisava de um verdadeiro Ministro da Economia e das Finanças.

DO FUTURO DA ECONOMIA PORTUGUESA.

Se nenhuma das transformações propostas for concretizada, a economia portuguesa conhecerá uma recessão – com um decréscimo do PIB entre 1,5 e 2% em 2011.

Como é sabido¹, a criação de emprego só existe quando a taxa de crescimento do PIB se apresenta superior à taxa de crescimento da produtividade, o que, no quadro de uma recessão, se apresenta, praticamente, impossível.

¹ Vide, a este propósito, DIAS, Mário Caldeira in “A crise económica e o desemprego”, Anuário da Economia Portuguesa – 2010, Ordem dos Economistas, 2010.

E para a taxa de desemprego diminuir é, ainda, necessário que a taxa de crescimento do nível de emprego seja superior à taxa de crescimento da população activa, o que, naturalmente, não se apresenta fácil.

O mais natural – e na linha da Lei de OKUN – será um aumento da taxa de desemprego para valores que se aproximarão, no mínimo, dos 12%.

Num contexto tão desfavorável, não se apresentará fácil obter os objectivos pretendidos para o défice orçamental, em 2011 e 2012, sem que novas medidas sejam adoptadas.

Se, porventura, se vier a constatar que existem dificuldades suplementares no controle do défice orçamental, então os juros da dívida soberana poderão aumentar, ainda, mais, não sendo de excluir uma intervenção comunitária (na companhia do FMI – Fundo Monetário Internacional), o que poderá contribuir para um afunilamento das condições de desenvolvimento da economia portuguesa, gerando-se um ciclo de recessão – medidas contraccionistas – agravamento da recessão.

Tal só poderia ser evitado graças a reformas estruturais profundas, na Justiça, como na Educação (e, de um modo geral, na Administração Pública), o que, em meu entender, só seria possível com a introdução das transformações que já mencionei na U.E.

Em qualquer caso, a esquerda democrática deverá ter que rever, necessariamente, a sua concepção de intervenção do Estado na economia e em termos do que se convencionou designar de Estado Providência.

Mais importante do que a adopção de políticas de protecção do emprego, assentes na ideia de que aquilo que se apresenta progressista é a adopção de uma legislação orientada para a preservação do posto de trabalho, será, em meu entender, a adopção de políticas de apoio à adaptabilidade / mobilidade do trabalhador e à flexibilidade / mobilidade do investimento, como refere Teodora Cardoso¹.

As empresas, no futuro, terão que apresentar estruturas flexíveis, com redução da componente custos fixos.

E o mesmo deverá acontecer com a Administração Pública, não se prescindindo, todavia, de uma “rede de direitos sociais mínimos” assegurada

¹ CARDOSO, Teodora – “O endividamento, a economia e a política”, “O Economista – Anuário da Economia Portuguesa – 2010”, Ordem dos Economistas, 2010.

pelo Estado aos Cidadãos, pré-condição da obtenção das condições propiciadoras de estabilidade social, estabilidade social essa indispensável ao progresso económico e ao desenvolvimento integral e sustentado.